



II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores
25 a 27 de setembro de 2017
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 01: Teoria do discurso e seus interlocutores

A influência de Slavoj Žižek no texto de 1992 de Ernesto Laclau

Camila Batista
Mestranda
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
E-mail: camitangerine@gmail.com



A INFLUENCIA DE SLAVOJ ŽIŽEK NO TEXTO DE 1992 DE ERNESTO LACLAU

Camila Batista

RESUMO:

O objetivo desta comunicação é apresentar a influência do artigo *Más allá del análisis del discurso* de Slavoj Žižek no texto de 1992 de Ernesto Laclau, *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. Por meio de uma análise do artigo de Žižek abordaremos a primeira parte do texto de Laclau, em que é afirmada a influência direta de Žižek. Em seu artigo, Žižek elogia a obra de 1985 (*Hegemonia e Estratégia Socialista*), apresentando o ponto de convergência entre a teoria do discurso de Laclau e a psicanálise lacaniana. Analisando a questão do antagonismo e das posições de sujeito, Žižek abre caminho para a abordagem presente na primeira parte de *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* ao tornar necessário uma discussão mais abrangente acerca do antagonismo e seus limites, bem como do papel do sujeito no processo hegemônico. Assim sendo, ao avançar no texto, Laclau afirma a importância do termo “deslocamento”, o qual não apareceu de maneira tão explícita e com tanta ênfase no texto de 1985. Por fim, demonstraremos de maneira sucinta como os termos antagonismo, posições de sujeito e, finalmente, deslocamento, aparecem na primeira parte da obra de 1992.

PALAVRAS-CHAVE: antagonismo; posições de sujeito; Žižek; deslocamento.

Nosso estudo acerca da influência do artigo *Más allá del Analisis del Discurso* de Slavoj Žižek (2000) buscará apresentar um panorama entre a obra base para a crítica, o texto *Hegemonia e Estratégia Socialista* (HES), e seu reflexo na obra *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* (NR). Para tanto, optamos por separar esta exposição em dois momentos: o primeiro momento estará voltado para a análise do texto de Žižek, tendo como apoio HES para delinear o terreno de estudo do comentador que tem por base a psicanálise lacaniana; o segundo momento consistirá na explicação encontrada em NR não apenas dos conceitos de posição de sujeito e antagonismo, mas também de deslocamento, fundamental para esboçarmos a compreensão da dimensão social e ontológica do sujeito laclauiano.



A teoria do discurso elaborada no texto *Hegemonia e Estratégia Socialista* (HES), publicado em 1985 por Ernesto Laclau e Chantall Mouffe, foi tema de um artigo publicado por Žižek em 1992, como apêndice do escrito *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* (NR) de Laclau. A principal leitura, segundo Žižek, do texto de 1985 é a de que HES é um texto de Ideias pós-estruturalistas básicas: não há significado transcendental e, portanto, a “realidade” é uma construção discursiva, bem como toda identidade dada, incluindo a do sujeito, é um efeito de relações diferenciais contingentes. A desconstrução da esquerda marxista, a partir de textos como de Rosa Luxemburgo, são lidos sob uma ótica que busca o momento em que a teoria não apenas não se fechava, mas que demonstrava a fragilidade de um plano voltado demasiadamente à teoria, debilitando o processo de emancipação almejado pela classe trabalhadora. Para Žižek, o grande avanço do texto para a teoria política contemporânea é a concepção de “antagonismo social”, na medida em que o campo “sócio-simbólico” é concebido como “estruturado em torno de uma certa traumática impossibilidade, de uma fissura que não pode ser simbolizada” (ŽIŽEK, 2000, p. 169, tradução nossa)¹.

Primeiramente: o comparativo com o real lacaniano² – seguido da alegação de que Laclau e Mouffe (1985) reintroduzem tal conceito, utilizando-o como ferramenta de compreensão do campo social – permite a Žižek avançar na

¹ O texto de Žižek, como apontamos, foi publicado como apêndice em NR, entretanto, utilizamos o mesmo texto retirado de sua reedição, em 2000, presente no compilado organizado por Benjamin Arditi. Cf. ARDITI, Benjamin. **El Reverso de la Diferencia: Identidad y Política**. Venezuela: Nueva Sociedad, 2000.

² O “real” na teoria lacaniana possibilitou perceber a distinção entre aquilo que se repete e aquilo que se apresenta sempre como novo. Nos deteremos agora a explicar como o real está presente na estrutura da linguagem, porém de modo indeterminado, pois o real para Lacan é aquilo que foge de qualquer simbolização, necessitando da simbolização mesma para que seja “presentificado”. Em outros termos, o real caracteriza uma ausência, algo que não pode ser articulado. Podemos usar o exemplo da religião católica: para tornar o Cristo presente, é necessário um tipo de rito no qual a simbolização permita àqueles que creem tornar presente o Cristo ausente. Devemos ressaltar que o papel do sujeito aparece aqui como “aquele que crê”; se não houver fiéis, não há religião, se não há sujeito, não há crença. Como já adiantamos, não há como fixar um único sentido para o real, na medida em que o campo da simbolização, da articulação, da possibilidade e do constante esforço em tornar presente o ausente, é contingente. Isso significa que a simbolização é incessante e constantemente diferente, pois não pode ser determinado. A relação encontrada entre Ernesto Laclau e o real lacaniano consiste no processo em que, justamente pela possibilidade de um significado diferente, pelo constante deslocamento de sentido, a estrutura não pode ser fechada, seja ela o fim do tratamento de um paciente através da análise ou, em termos políticos, uma sociedade plenamente constituída. Cf. ALMEIDA, Rogério Miranda de. **Nietzsche e Freud: eterno retorno e compulsão à repetição**. Edições Loyola: São Paulo, 2005;



concepção de sujeito que a teoria do antagonismo social estruturado a partir de uma impossibilidade central remete. Elogiando o avanço dos autores no que diz respeito ao desenvolvimento do conceito de Hegemonia, Žižek acredita que o conceito de “sujeito” não teve espaço para desenvolver-se de maneira igualmente satisfatória.

Para Žižek, em HES Laclau e Mouffe se dirigem

Basicamente a atacar a clássica noção do sujeito como uma entidade substancial e essencial, dada de antemão, que domina a totalidade do processo social e que não é produzida pela contingência do próprio processo discursivo: contra essa noção, os autores afirmam que o temos é uma série de posições particulares de sujeito (feminista, ecologista democrática...) cuja significação não está fixada a priori: mudam segundo o modo em que são articuladas em uma série de equivalências através do excedente metafórico que define a identidade de cada uma dessas posições. (...) na medida em que a identidade de cada uma das posições antes mencionadas está marcada com o excedente metafórico das outras posições, nesse caso podemos dizer que algo tal como uma posição de sujeito foi construída: ser um democrata significa ao mesmo tempo ser feminista, etc. (ŽIŽEK, 2000, p. 170. Tradução nossa.)

Esta referência exige o retorno à HES para que seja possível compreender o que são posições de sujeito e o que é um excedente metafórico. A primeira premissa da qual devemos partir é a de que o sujeito não é a origem das relações sociais, na medida em que a referência ao sujeito é sempre referência à uma “posição de sujeito”, situado no interior de uma estrutura discursiva. Sendo a posição de sujeito discursiva seu caráter é aberto, impossível de ser determinado em um sistema de diferenças (LACLAU, MOUFFE, 2015, pp. 190-191).

Ao analisar o conceito de “Homem” enquanto representante do humanismo, Laclau e Mouffe argumentam que, se considerado não como uma essência, mas como uma produção “do sujeito humano – isto é, portador de uma identidade humana sem distinções” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 192) – é possível encontrar não a genealogia do conceito de “Homem”, mas o que a articulação deste conceito visava: neste caso, a supremacia da “classe proprietária, por exemplo, ou (d)a população masculina” (ibid).



Laclau denota a importância do conceito enquanto ponto nodal unificador, na medida em que possibilitou, em sua época, um avanço na humanização de práticas sociais. Quais foram as consequências da utilização a longo prazo do conceito “Homem”? Quem foram os favorecidos por esta utilização? O que fica de fora quando a identidade “Homem” é fixada? As respostas já estão, de certa forma, dadas nas linhas anteriores: o conceito “Homem” tornou possível a disseminação de práticas voltadas para a proteção da vida humana; entretanto, a vida humana era a vida do Homem branco e proprietário: mulheres de classes distintas, para citar apenas um exemplo, não tiveram seus direitos incluídos. Para fixar a identidade “Homem”, foi necessário deixar de lado todo e qualquer excesso que não se encaixasse naquele ponto articulatório. O conceito “Homem” (com H maiúsculo) possuiu estatuto de essência, o qual lhe concedeu um caráter inquestionável; a análise e desconstrução do conceito pretendem apontar que existiu a produção do conceito, o qual conseqüentemente produz também seu excesso, um “feminino” que é subordinado a ele; essa produção consiste na reprodução de um “imaginário” no qual a mulher é dependente, “feminizada” e submissa ao homem enquanto figura de poder (o conceito de poder recebeu mais atenção em NR, ao qual retornaremos mais adiante). Entretanto, ao falar de uma “posição de sujeito”, Laclau procura retirar o *status* de “presença” no poder, imbatível e inquestionável. Não há essências: há sujeitos em posições de dominação; não há identidade plena, há identidades políticas que se articulam de acordo com a demanda, não há O sujeito em HES, há posição de sujeito dentro de uma estrutura discursiva; uma estrutura discursiva, por sua vez, é uma “prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais” (p. 167).

O papel do “ponto nodal” é o de articular o conceito – anteriormente essencial, e agora, considerado no campo aberto do discurso, hegemônico –, como por exemplo, de “classe operária”, que significa “ao mesmo tempo uma ficção e um princípio de organização” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 195). Esta “presença” nunca está de fato presente; o que esta presença faz é ser quem os representados – a classe trabalhadora – precisam, hegemонizando seus interesses e organizando-os de maneira a realizar aquilo que a identidade dos representados demanda, pois “a



prática política constrói os interesses que ela representa” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 197). A ficção é o suposto privilegiado da classe trabalhadora como único agente histórico/político. No entanto, como já explicamos, a “classe operária” só é o que é em relação ao “capital”; o caráter de sua identidade é relacional. Assim sendo, se há sujeitos posicionados para representar a demanda, o que fica de fora dessa representação faz parte da mesma, na medida em que uma depende da outra para fixar uma identidade contingente. O conceito de antagonismo é necessário para que compreendamos o que é este caráter relacional.

A experiência do limite da objetividade é denominada por Laclau e Mouffe como *antagonismo* (1985, p. 198). O antagonismo não é uma contradição e não é uma oposição real na medida em que, para ser qualquer uma das coisas, faria referência a identidades plenamente constituídas³. Na relação antagônica “a presença do “Outro” me impede de ser plenamente eu mesmo” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 202), ou seja, impede que eu me constitua como uma identidade determinada. Enquanto há algo que impede que eu possa ser plenamente, o Outro que me antagoniza tem por impedimento o meu eu e na medida em que nos negamos mutuamente, afirmamos, ao mesmo tempo, nossas respectivas identidades. Alegar que o outro que me antagoniza é “excedido por uma pluralidade de sentidos que impedem que ele se fixe como uma positividade plena” é condizente com o que Žižek chama de “excesso metafórico”, pois “se a linguagem é um sistema de diferenças, o antagonismo é o fracasso da diferença: neste sentido, ele se situa nos limites da linguagem e só pode existir como uma interrupção desta – ou seja, como metáfora” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 202). Antes de maiores esclarecimentos acerca do excesso metafórico, devemos nos deter sobre o conceito de positividade para que nossa explicação fique mais clara.

Assumindo “o social como um espaço não suturado, como um campo no qual toda positividade é metafórica e passível de subversão”, as condições que possibilitam o antagonismo podem ser descritas como positivas, mas o antagonismo

³ “é porque A é totalmente A que ser não-A é uma contradição (...) no caso da oposição real, é porque A é plenamente A que a sua relação com B produz um efeito objetivamente determinável” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 202)



não se reduz a tais condições (LACLAU, MOUFFE, 2015, pp. 203-204). Mas, “como compreender que no antagonismo, a negatividade como tal assume uma existência positiva?”. Para fazê-lo, Žižek diferencia antagonismo como luta entre identidades precárias pela sua plena constituição e antagonismo puro, como “externalização de minha auto-negatividade, de minha auto-obstaculização em relação a mim mesmo” (ŽIŽEK, 2000, p. 172. Tradução nossa).

Compreender o antagonismo como luta entre identidades é alegar que “em uma relação antagônica a positividade de “nossa” posição consiste somente na positivação da relação negativa com o outro, e, portanto, a coerência de nossa posição reside no fato de estarmos negando o outro, e o “nós” é o impulso de abolir o outro que impede que “nós” nos realizemos; assim considerado, cada posição antagônica é somente sua relação negativa com a outra (ŽIŽEK, 2000, p. 173. Tradução nossa). Entretanto, se considerarmos o conceito de antagonismo puro, ao falar de uma negatividade que assume uma positividade, o outro é, então, “em sua positividade, sua presença fascinante” (ibid), a positivação de nossa relação negativa a respeito de nós mesmos, a “encarnação positiva de nosso próprio autobloqueio”. Enquanto no primeiro caso a relação pode ser considerada simétrica – visto que é uma relação de tendência mútua à aniquilação –, no segundo caso, podemos dizer que o “homem” é a encarnação positiva do autobloqueio da luta feminista, enquanto a “Mulher” é o sintoma do “homem”. Se o simbolismo construído através da linguagem para designar uma condição, como a do “feminino”, possui seu caráter positivo presente na metáfora, o “feminino”, enquanto construção linguística, só pode ser metafórico; alegar que “as diversas formas de subordinação concreta reagem, por seu turno, contribuindo para a manutenção e reprodução deste simbolismo” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 194) é fazer menção à reprodução de uma ideologia⁴.

⁴ A classe que detém a hegemonia dominante é a classe que pode dispor dos Aparelhos Repressores do Estado e os utiliza, é também ativa na utilização dos Aparelhos Ideológicos do Estado para a reprodução de sua mesma ideologia. Esta ideologia deve assegurar que quem está no poder permaneça no poder ao mesmo tempo que assegura que os explorados se mantenham em seu respectivo e passivo lugar. Cf. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.



Para Žižek, o campo discursivo é marcado pela ideologia, e nesse campo “(...) a posição de sujeito é um dos modos em que reconhecemos nossa posição como agentes (interessados) do processo social, em que experimentamos nossa dedicação a certa causa ideológica” (ŽIŽEK, 2000, p. 170. Tradução nossa). É uma posição ideológica porque acredita que, ao “vencer” a batalha, ao acabar o antagonismo entre “proletário” e “capital”, por exemplo, o proletário poderá ser de fato ele mesmo; entretanto, a plena constituição como proletário significa a abolição da relação proletário-capital, pois conceber uma identidade proletária sem o capital é eliminar a própria identidade proletária (ŽIŽEK, 2000, p. 171. Tradução nossa).

O limite da objetividade consiste nessa impossibilidade de realização plena da identidade; se o ponto nodal enquanto fixação de um sentido em uma identidade é capaz de organizar certas práticas, em HES o antagonismo é a experiência que mostra a incapacidade desta identidade de se constituir plenamente, pois expõe aquilo que foi deixado de fora para que o ponto nodal se fixasse como tal: o excesso, o exterior da estrutura constituída ela mesma sobre essa exclusão.

A positividade é metafórica exatamente porque uma objetividade plena não pode ser constituída, pois “se o sujeito é construído através da linguagem, como uma incorporação metafórica e parcial numa ordem simbólica, qualquer questionamento desta ordem deve necessariamente constituir uma crise de identidade” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 204). Se o sujeito é “o desejo de uma plenitude permanentemente adiada”, e uma “categoria cindida” (LACLAU, 1985, p. 198), existe para Žižek uma falta presente no próprio sujeito, pois quando se alcança a “vitória” é esse mesmo o momento da “perda” (ŽIŽEK, 2000, p. 172. Tradução nossa), caracterizando o sujeito como um sujeito da “falta”. A positividade é uma metáfora, pois nunca possuímos aquilo que perdemos; a identidade que buscamos positivar através da relação antagônica existe somente se não puder ser simbolizada, sendo ela mesma seu limite, sua falta.

A diferença entre antagonismo social e antagonismo entre posições de sujeito é que o primeiro faz menção à realidade e o segundo, faz menção ao real lacaniano. Assim sendo, a intenção em assumir uma posição de sujeito e buscar a subjetivação



é evitar o confronto com o limite, com o trauma da impossibilidade da constituição de uma identidade plena, é a própria afirmação do “sujeito da falta”. O antagonismo puro é a experiência do auto-obstáculo e o autobloqueio, do limite interno que é o objeto mesmo do trauma. Retomando Laclau e Mouffe (1985), alegar a impossibilidade da sociedade é alegar que é impossível que qualquer identidade seja plenamente constituída, objetivada, e, conseqüentemente, simbolizada: o antagonismo subverte a positividade metafórica presente na representação do “nós”, na medida em que mostra o ponto em que esse “nós” não pode ser plenamente “nós”.

As proposições de Žižek acerca do sujeito expõem a concepção lacanianiana de “sujeito da falta”⁵. O sujeito da falta laciano é o sujeito de uma “falta-a-ser”, a qual tem em seu centro o desejo a ser saciado; tal desejo não possui objeto definido e, portanto, é esse mesmo objeto que é sugerido como o outro no qual projetamos a impossibilidade de nos completarmos. A noção de antagonismo em Laclau era definida como o limite da significação, assim como as posições de sujeito marcam a possibilidade da desconstrução de uma identidade política exclusiva. A segunda parte de nossa exposição, voltada para algumas concepções de NR, buscará demonstrar como o tema fora desenvolvido em NR, tentando encontrar a influência da provocativa de Žižek no texto de Laclau.

O contexto histórico no qual o texto de 1992 *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* foi escrito (final dos anos 90) teve seu desenvolvimento sob os reflexos do fim da segunda guerra mundial e a revolução russa, no que tange o papel da “encarnação” de um agente histórico de mudança social. O objetivo principal da obra é reformular um programa político para a esquerda, a qual, segundo Laclau, não pode “minimizar a profundidade das revisões que são necessárias sobre os pressupostos nos quais se embasava o discurso tradicional da esquerda” (pp. 11-12). Ao fazê-lo, o caráter de agente histórico da mudança social do proletariado enquanto unidade é revisado e conseqüentemente reformulado de acordo com o método, já presente em HES, de “focalizar certas

⁵ Sobre o sujeito laciano, Cf. FINK, Bruce. **O sujeito laciano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.



categorias discursivas que, à primeira vista, pareciam ser pontos de condensação privilegiados de muitos aspectos da crise” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 53).

Ao questionar o local privilegiado de ação do proletariado, Laclau discute a abertura do campo político além de seu vínculo com o processo econômico; retirando o caráter de sujeito exclusivamente universal, encarnado pelo proletariado e determinado *a priori* pelas condições econômicas, a inversão deste processo pode resultar na multiplicidade de sujeitos: “a radicalidade de uma política não será o resultado da emergência de um sujeito que possa encarnar o universal, mas a expansão e multiplicação de sujeitos fragmentários, parciais e limitados que entram no processo coletivo de tomada de decisões” (LACLAU, 1992, p. 14. Tradução nossa).

Até então, NR parece condizente com o projeto de HES de repensar os parâmetros da esquerda marxista, questionando suas bases; entretanto, ao dar ênfase à questão do sujeito, alguns conceitos emergem com mais força nesta obra do que na primeira. Neste estudo, o conceito de “deslocamento” é explicado de acordo com seu papel de condição de possibilidade e impossibilidade da existência de um centro de poder que, para possibilitar a ampliação das lutas antagônicas, deve ser constantemente deslocado. Nosso recorte, portanto, é referente à primeira parte de NR, voltado para uma discussão a partir da qual se possa construir uma nova perspectiva para pensar a política, ao mesmo tempo em que é nesta mesma parte que a influência do texto de Žižek pode ser observada (LACLAU, 1992, p. 16. Tradução nossa).

Começamos dando atenção à questão do antagonismo em comparação com a dialética hegeliana, para demonstrar a amplitude que tanto este conceito quanto a questão do sujeito ganharam em NR.

Tudo depende de poder mostrar que o antagonismo inerente às relações de produção (o conflito entre trabalho assalariado e capital, por exemplo) é uma contradição, e que esse antagonismo é inerente às relações de produção. (...) em primeiro lugar, porque é somente a forma dialética da contradição a que assegura que o antagonismo possa ser concebido como movimento interno do conceito e não como relação contingente de poder



entre seus dois polos. Para que a história possa ser apropriada conceitualmente como processo radical e coerente, o antagonismo deve ser reduzido a uma contradição. (LACLAU, 1992, p. 24)

Esta citação explica por que o papel do antagonismo não tem sentido em uma concepção dialética⁶ da história. Como dissemos, para que haja contradição, é necessário que as identidades – proletariado/capital, por exemplo – estejam previamente dadas. Para Laclau, um antagonismo não é necessariamente contraditório na medida em que sua resolução depende não de uma história predeterminada, onde as conexões entre relações de produção e forças produtivas são internamente dependentes, mas sim, de uma história fatural, contingente e imprevisível (ibid).

O papel do sujeito em uma concepção determinista é secundário, pois a relação capital/operário não é uma relação de resistência, mas a venda da força de trabalho e a extração da mais-valia por parte do patrão colocam o trabalhador em um lugar determinado, o de vendedor da força de trabalho; o sujeito é considerado em uma relação econômica, mas não em uma relação política antagônica. A condição de possibilidade do antagonismo nesta relação não pode ser encontrada conquanto a base sobre a qual o sujeito é determinado não for questionada.

Esse processo de determinação ao qual nos referimos é o que Laclau expõe como o racionalismo presente no *Prefácio*⁷ de Karl Marx, o qual é comparado ao conceito de antagonismo, para que pudesse ser submetido ao questionamento acerca da possibilidade de sua inserção na concepção de história presente no texto de Marx. Entretanto, o que se averigua é que 1) o antagonismo não é condizente com as concepções marxistas presentes no *Prefácio* e 2) a condição de possibilidade do antagonismo é a resistência do sujeito e a contingência de um

⁶ A noção de negatividade utilizada por Laclau não é a mesma que a da dialética hegeliana: na noção hegeliana, a negatividade é necessária enquanto o momento negativo é necessário na implementação interna do conceito e esta destinado a ser reabsorvido em uma *Aufhebung* (LACLAU, 1992, p. 43).

⁷ A identidade proletária seria essencialmente homogênea, tanto quanto a essência “sistema capitalista”, admitindo apenas variações empíricas e acidentais. Cf. LACLAU, Ernesto. *Dislocación y antagonismo*. IN: **Nuevas Reflexiones Sobre La Revolución de Nuestro Tiempo**. Caracas: Nueva Sociedad, 1992, pp. 21-60.



exterior constitutivo; o sistema histórico racionalista, pretendido como método de inteligibilidade da estrutura histórica por Marx, não tem espaço para a indeterminação, para a contingência, para um exterior constitutivo de resistência e, conseqüentemente, para o antagonismo.

O desenvolvimento da força produtiva – no caso, o agente da revolução contra o capital – não é um movimento de resistência contra um poder hegemônico contingente e precário em sua formação, mas o desenvolvimento da força de produção é o fundamento racional da história⁸. Novamente, o antagonismo é uma exterioridade constituinte, ele não pode ser reconduzido a uma racionalidade/sistematização, na medida em que é contingência, facticidade. Quem é então o sujeito, se se retira dele a determinação econômica?

Seguindo a lógica do antagonismo, ao invés da determinação como fundamento racional da história, e, acima de tudo, com o proletariado como único sujeito dotado de capacidade emancipatória, o sujeito do antagonismo é expresso como contingência; isso não significa retirar o sujeito de uma aposta da determinação onde poderia obter emancipação para cercá-lo de pessimismo, mas retirar deste sujeito a determinação de qual luta deve lutar e permitir que outras lutas, não somente as econômicas, possam emergir do campo histórico livre de uma determinação racional, expandindo o campo político e a própria identidade dos agentes históricos.

Para Laclau, (1992, p. 35) o antagonismo possui um caráter revelatório, capaz de mostrar a contingência de uma identidade ao expor o exterior que, ao se constituir, tal identidade deixou de fora: o antagonismo mostra⁹ (no sentido estrito do

⁸ “Não há o que poderíamos chamar “uma objetividade estrutural básica”, dentro da qual “flui” a história, senão que essa mesma estrutura é histórica. E é histórico também, portanto, o ser dos objetos, na medida em que é socialmente construído e estruturado em sistemas de significação. Isto implica que entender historicamente algo significa reconduzir este algo às suas condições contingentes de emergência” (LACLAU, 1992, p. 53. Tradução nossa).

⁹ Mostrar é um conceito derivado do texto de Ludwig Wittgenstein, no *Tractatus Logicus Philosophicus* (1921), no qual o filósofo acredita que “Lo que llamamos realidad no está formado sólo por los hechos existentes, sino por la totalidad de ellos (es decir, los hechos que ocurren fácticamente y los hechos posibles)”. Isso significa que o antagonismo “mostra” não somente a impossibilidade da suturação de uma identidade em identidade plena, mas também a possibilidade de uma realidade que não está



termo), portanto, a impossibilidade última de uma cristalização de identidade. Dessa afirmação podemos concluir que 1) enquanto sujeito político, não posso me constituir plenamente e, portanto, não possuo ou possuirei uma essência determinada e 2) isso deve ser aplicado, conseqüentemente, às instâncias que são tidas por inquestionáveis, de modo a revelar, através do antagonismo, o caráter contingente de sua formação. No que tange ao sujeito, o antagonismo é, ao mesmo tempo, o que mostra a contingência da identidade e “bloqueia” e sua condição de possibilidade, na medida em que a identidade só é “quem é” em relação à força que a antagoniza. Essa dupla relação – possibilidade e impossibilidade – é o que Laclau denomina “contingência”.

O que a contingência implica, portanto, não é um conjunto de relações puramente externas e aleatórias entre as identidades, senão a impossibilidade de fixar com precisão – ou seja, em relação a uma totalidade necessária – tanto as relações quanto as identidades. O que ocorre, portanto, neste caso, é um campo de identidades puramente relacionais, que – posto que as relações não formam um sistema fechado – não alcançam nunca uma constituição plena. (LACLAU, 1992, p. 37)

A contingência é o elemento que introduz a indecidibilidade na estrutura de toda objetividade (LACLAU, 1992, p. 38). O papel do sujeito é o de *locus* entre uma decisão e o indecidível: isso significa afirmar que, ao tomar uma decisão – assumir uma posição de sujeito, uma identidade – decide-se algo no campo onde a indecidibilidade é regra; optar por uma decisão significa deixar outras de lado, posicionar-se politicamente significa excluir aquilo que não é condizente com tal identidade, caracterizando uma relação de poder.

Para Laclau, “a constituição de uma identidade social é um ato de poder e a identidade como tal é poder” (LACLAU, 1992, p. 48), e esta tese se sustenta pelo argumento de que, enquanto uma identidade é constantemente ameaçada pelo antagonismo que a impede de realizar-se, para poder afirmar-se como uma objetividade significa que ela é capaz de reprimir aquilo que a ameaça. Assim,

dada. Cf. MARTÍNEZ, Horacio L. Alcance e pertinencia de las lecturas eticas del *Tractatus* de Wittgenstein. In: **Ideas y Valores** 142 (2010): 111-130.



podemos compreender que, mesmo que seja a condição de impossibilidade da identidade que antagoniza, o antagonismo é ele mesmo constitutivo da identidade que subverte, como “o elemento de impureza que deforma e impede a constituição plena desta última” (LACLAU, 1992, p. 44).

A base da análise do sujeito em NR é guiada não pela pergunta “quem são os agentes sociais?”, mas sim “até que ponto eles podem sê-lo?”. Isso significa analisar as condições de possibilidade sob as quais uma identidade pode ser fixada, mesmo que precária e contingente, no campo discursivo. Sabemos que o antagonismo é uma delas, mas o conceito de “deslocamento”¹⁰ passa a ser desenvolvido como base na constituição de novas identidades na medida em que, é o elemento que não pode ser simbolizado, um evento emergente que “não pode ser domesticado” (TORFING, 1999, p. 301) e que conseqüentemente desestabiliza o discurso hegemônico em vigência, deslocando a plenitude da identidade no poder.

Consideremos que a hegemonia, enquanto processo articulatório estruturante, é a espacialização de um evento que propicia uma precária determinação. Um evento deslocatório é temporal e não pode ser especializado na medida em que a contingência é o oposto da determinação. Ou seja, não é possível inserir tal evento em uma concepção teleológica; não é possível estruturar o evento; não é possível prever o evento, e portanto, não é possível que após o evento, a estrutura permaneça a mesma, na medida em que a deslocação é o que transforma o interior de uma estrutura espacializada, constituída. Essa alegação significa, por fim, que por mais que a hegemonia signifique espacialização, na medida em que determina posições de sujeito, ao mesmo tempo ela está sujeita a eventos indeterminados da contingência, portanto, a espacialização hegemônica a temporalidade, na medida em que a estrutura da hegemonia se repete, mas a própria temporalidade a subverte, apontando que mesmo seu caráter espacial é

¹⁰ Deslocamento, no espanhol e no inglês pode ser *Dislocation/dislocación* ou *Displacement/desplazamiento*. O primeiro termo refere-se à emergência “de eventos que não podem ser domesticados, simbolizados ou integrados a um discurso”, desestabilizando-o; o segundo, “envolve a transferência de um significado de um momento discursivo particular para outro”. TORFING, Jacob. **New theories of discourse: Laclau, Mouffe, Žižek**. Brighton: G&G Editorial, 1999; p. 301. Tradução nossa.



temporal (LACLAU, 1992, p. 58). Isso significa que a temporalidade, a contingência do deslocamento é *possibilidade*, na medida em que está livre de qualquer determinação. O deslocamento é a possibilidade de novas formações sociais, emergindo como possibilidade distinta daquela determinada – ainda que parcialmente – por uma estrutura “suturada”, “centrada”.

O deslocamento passa a ser condição de possibilidade do antagonismo, pois assume o papel central da desestabilização do poder devido à sua contingência. A presença de forças antagônicas, por sua vez, consiste na prática do descentramento do poder; descentrar por parte do antagonismo, significa mostrar a historicidade do respectivo centro de poder e sua contingência constitutiva. A possibilidade do deslocamento de um centro de poder implica na possibilidade mesma de mudança social, na medida em que, se o poder pode ser deslocado, ele não possui um centro imutável, mas centros de poder, pontos nodais que, pela luta antagônica, pela emergência daquilo que o centro de poder excluiu, demonstram seu caráter contingente e “a historicidade do ser dos objetos de mostra assim mais claramente” (LACLAU, 1992, p. 56).

O mundo é menos “dado” e tem, de modo crescente, que ser construído. Mas esta não é somente uma construção do mundo, senão que através dela os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identidades (...) o lugar do sujeito é o lugar da deslocação. (LACLAU, 1992, p. 57)

Se o lugar do sujeito é lugar do deslocamento, e o deslocamento é o ato de centrar e descentrar o poder, o sujeito é ele mesmo a possibilidade da mudança na estrutura, na medida em que ao desconstruir uma visão de mundo “dada”, tem o papel de agente da possibilidade da mudança através da rearticulação de demandas que não estão predeterminadas. Só há sujeito porque há deslocamento (LACLAU, 1992, p. 76. Tradução nossa).

A relação do texto de Žižek com a concepção de posição de sujeito remonta à concepção de antagonismo entre posições de sujeito, pois a noção mais amplamente desenvolvida de relação mútua de poder, retira o caráter – não



completamente – de falta-a-ser do sujeito, na medida em que, no antagonismo de posições de sujeito, o outro não é o sintoma, senão o que tem poder de fazer resistência, enquanto que “o eu” teve, no primeiro momento, o poder de se constituir.

Portanto, a influência de Lacan em Žižek aponta no termo “posição de sujeito” de Laclau o fato de o “sujeito ser correlato de seu limite” (ŽIŽEK, 2000, p. 174), na medida em que está em contato com seu próprio limite ao assumir uma posição política, sendo o outro antagônico a “peça” sobre a qual se projeta esta impossibilidade de completude. O sujeito, segundo Žižek, é aquele que não pode ser integrado ao campo simbólico (discursivo) na medida em que o sujeito mesmo não é completo, e completar-se, subjetivar-se, positivar-se acarreta conseqüentemente na perda da identidade a qual se buscava afirmar. Entretanto, o conceito de antagonismo como constitutivo da identidade e não como relação “unilateral” de poder é ampliado e em NR o sujeito enquanto posição de sujeito não pode ser considerado exclusivamente como falta, mas também como, em seu caráter relacional, uma identidade, sinônimo de poder e a resistência, enquanto o outro antagônico possui poder na medida em que o nega.

As relações sociais são sempre relações contingentes e relações de poder, pois o poder não pode ser eliminado na medida em que ele é responsável, quando descentrado, por constituir novas relações contingentes. O deslocamento passa a ter o foco principal como condição de emancipação não de um agente social específico – leia-se “classe operária” –, mas a emergências de fatores contingentes, retirado seu caráter “acidental” (e portanto, não domesticável), é responsável pela proliferação de identidades em suas diferenças.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério Miranda de. **Nietzsche e Freud: eterno retorno e compulsão à repetição**. Edições Loyola: São Paulo, 2005;

Cf. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983;

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998;

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Editora Intermeios: São Paulo, 2015;

LACLAU, Ernesto. **Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo**. Ediciones Nueva Visión: Buenos Aires, 1990;

MARTÍNEZ, Horacio L. Alcance e pertinencia de las lecturas éticas del Tractatus de Wittgenstein. In: **Ideas y Valores** 142 (2010): 111-130;

TORFING, Jacob. **New theories of discouse: Laclau, Mouffe, Žizek**. Brighton: G&G Editorial, 1999;

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010;

_____. Más allá del análisis del discurso. IN: ARDITI, Benjamin. **El Reverso de la Diferencia: Identidad y Política**. Venezuela: Nueva Sociedad, 2000.